

XIV Jornadas Pedagógicas da ASPEA

Rui Braz Afonso, Marta Cruz

Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Rua do Gólgota, 217

Tel./ Fax. 226 057 183

Sociedades Urbanas. Dimensões Humanas e Culturais para uma Interpretação da Forma Urbana.

Resumo da comunicação

Surgidas na década de 70, as preocupações relativas ao desenvolvimento sustentável atravessam hoje toda a sociedade, dando origem a diversos movimentos institucionais que, um pouco por toda a parte, procuram traduzir essas preocupações em ações concretas. No entanto, sentimos que na esfera do nosso quotidiano pouco conseguimos modificar, e que pouco podemos contar para esse bem-estar geral e mundial, embora uma certa inquietação tenha vindo a instalar-se. É essa inquietação que permite a passagem de um estágio perceptivo, no qual tomamos consciência dos problemas que afectam o planeta, a um outro de interpretação dos comportamentos que são origem ou resultado das situações ambientais que sinceramente nos preocupam.

A Educação Ambiental procura justamente evidenciar a relação dos pequenos gestos com os seus efeitos a uma escala maior e com as temáticas do desenvolvimento sustentável, e introduzir uma responsabilização crescente de cada cidadão no modo como conduz as suas escolhas. Ser capaz de modificar as suas escolhas implica ser capaz de uma atitude reflexiva, ser capaz de compreender e ser capaz de observar.

Os hábitos são, sabemos-lo, a memorização de uma cultura. Na tentativa de inversão dos hábitos é indispensável ter em conta a espessura das relações sociais e a intensidade do valor simbólico que estruturam fortemente todas as actividades humanas. Assim, em diversas áreas, tem-se avançado no sentido da interpretação da realidade de modo a identificar as origens dos comportamentos e diagnosticar as causas dos desequilíbrios.

A reflexão sobre o desenvolvimento é desenvolvida em torno do conceito de durabilidade e assenta em princípios como os da melhoria da qualidade de vida, a redução das desigualdades e o respeito pelos ecossistemas. Ao reclamar a resolução *conjunta* das exigências de desenvolvimento e do ambiente, esta reflexão coloca o Espaço no centro do debate, enquanto suporte da vida dos Homens e enquanto terreno privilegiado para a compreensão profunda da condição humana. Se é certo que o homem é capaz de

produzir o seu próprio espaço e de o moldar em função dos seus valores, referências e comportamentos, também é bastante conhecida a acção que o espaço exerce sobre os seus habitantes favorecendo a continuidade de determinados comportamentos e a inibição de outros. Assim, o espaço desempenha um papel regulador das relações entre os Homens que não devemos, nem podemos, negligenciar quando pensamos sobre o modo como habitamos o Mundo.

No quadro dos estudos sobre o impacto do território construído sobre o meio natural, os arquitectos são chamados frequentemente a reflectir sobre a qualidade dos edificios em termos de desempenho energético, em termos de custos de construção e, recentemente, em termos de manutenção, e são também implicados na reflexão incontornável sobre o crescimento urbano e sobre aquilo que hoje é referido como a progressiva urbanização das sociedades.

O nível que a urbanização atinge no Mundo leva a questionar os efeitos que este tipo de concentração de pessoas terá sobre as mudanças ambientais à escala do planeta. Segundo os dados da ONU¹ assistimos a uma supremacia das cidades em termos demográficos (47,7% das pessoas viviam em meio urbano no ano 2000, percentagem que se estima que passe a 57,6 no ano de 2015) à qual se acrescenta o facto de a urbanidade ser uma tendência constatada nos países desenvolvidos marcada pela generalização dos valores nascidos nas cidades, nomeadamente pela sedentarização das populações.

A urbanização é hoje um fenómeno muito distinto do conceito de aglomeração que surgiu no século XIX medido essencialmente pela densidade do tecido construído. Da oposição nascida então entre cidade e campo, entre tecido urbano e tecido rural, entre cheio e vazio, e entre humano e natural, passamos a um território fortemente humanizado e infraestruturado caracterizado pela relativa indiferenciação formal do tecido construído².

O aparecimento da cidade difusa, ou da chamada dispersão urbana, coincide com a generalização do uso do automóvel e com a possibilidade de extensão das cidades que esse mesmo automóvel veio viabilizar. Este tipo de crescimento veio desencadear um desenvolvimento urbano³ que permitiu aos habitantes a construção em torno dos núcleos rurais mais próximos dos centros urbanos.

Na origem destes processos de transformação da paisagem urbana e da morfologia do território, custosos em redes e em superfície, encontram-se os comportamentos sociais ligados aos fenómenos de individuação das sociedades ocidentais. A forma urbana e a organização do espaço são indicadores importantes quando a reflexão vai além da dimensão tangível da cidade e procura introduzir a dimensão antropológica na análise tipo-morfológica do território.

Se as primeiras ciências sociais a serem introduzidas nos cursos de Arquitectura, a Economia, a Sociologia e a Geografia tiveram uma participação mais pragmática (no sentido do conhecimento das

¹ UNCHS, *Basic Facts on Urbanization*, Nairobi, 1999.

² PAQUOT, T.; LUSSAULT, M.; BODY-GENDROT, S., *La Ville et l'Urbain, l'État des Savoirs*, La Découverte, Paris, 2000.

condições de produção dos objectos), a Antropologia do Espaço é uma área de conhecimento que procura conhecer a relação bi-unívoca⁴ que se estabelece entre os Homens e os espaços que habitam, e nesse sentido tem uma missão epistemológica (no sentido do conhecimento da natureza dos objectos). Esta comunicação visa uma interpretação dos espaços urbanos que parte da noção de **percepção** que condiciona a imagem da cidade e as representações mentais que os habitantes têm da mesma⁵; para reflectir sobre a noção de **proporção**, ou seja, o modo como as pessoas contactam com as formas da cidade, tendo em conta as dimensões físicas do corpo humano e as disposições culturais que regulam as distâncias e os territórios⁶; e finalmente incorpora as noções de **ordem** e **equilíbrio**, às quais aspira a qualificação dos espaços em processos de mudança, e as noções de **valorização simbólica do espaço**, lentamente assimiladas e ajustadas e que constituem a matriz cultural das sociedades ocidentais⁷.

O futuro das cidades não diz respeito apenas aos seus próprios habitantes mas diz respeito à totalidade dos seres humanos e ao conjunto dos ecossistemas da Terra. Não será o momento de intensificar os processos de subtracção, de corrigir os excessos, e de limitar a especialização dos territórios promovendo a diversidade e a alternância em todas as suas formas?

³ RÉMY, J., VOYÉ, L., *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?*, Afrontamento, Porto, 1994.

⁴ RAPOPORT, A., *Aspectos Humanos de la Forma Urbana. Hacia una Confrontación de las Ciencias Sociales con el Diseño de la Forma Urbana*, Gustavo Gili, Barcelona, 1978.

⁵ LYNCH, K., *A Imagem da Cidade*, Edições 70, Lisboa, 2005.

⁶ HALL, E. T., *A Dimensão Oculta*, Relógio d'Água, Lisboa, 1986.

⁷ SENNETT, R., *Came e Pedra: O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental*, Record, Rio de Janeiro, 1997.